



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

1 **ATA da Reunião da 13ª (Décima Terceira) Audiência Pública (Plano Plurianual –**
2 **2018/2021) do 2º (segundo) Período Legislativo de dois e mil e dezessete da Câmara**
3 **Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.** Aos 06 (seis) dias do mês de
4 novembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala das Sessões, às dezessete horas, assumiu
5 a Presidência o Vereador Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo). Contou
6 com a presença dos Vereadores: José Franco de Muros (José Prestes), José Queiroz dos
7 Santos Neto (Neto Macaé), Luiz Fernando Borba Pessanha (Dr. Luiz Fernando), Marcel
8 Silvano da Silva Souza (Marcel Silvano), Márcio Soares Bittencourt (Dr. Márcio
9 Bittencourt), Marvel Paolino Maillet (Marvel Maillet), Maxwell Souto Vaz (Maxwell
10 Vaz), Nilton Cesar Pereira Moreira (Cesinha Com Todo Gás) Paulo Fernando Martins
11 Antunes (Paulo Antunes), Valdemir da Silva Souza (Val Barbeiro). O Sr. Presidente
12 convidou para compor a Mesa: José Manuel Alvitos Garcia (Secretário Municipal
13 Adjunto de Planejamento), José Eduardo Guinancio (Diretor Financeiro -
14 MACAEPREV), Elbert de Mello Silva (Coordenador Especial de Planejamento), Tânia
15 Maria Jardim Mussi (Secretária Adjunta de Habitação), Tatiane Abreu Tito
16 (Subsecretária Municipal de Execução Orçamentária) e Cláudio de Freitas Duarte –
17 Contador – Câmara Municipal de Macaé. O Sr. Presidente saudou todos, dizendo que
18 estão reunidos, cumprindo a Lei, fazendo esta Audiência Pública do Plano Plurianual
19 (PPA) e do Orçamento. Registrou que a Câmara divulgou, amplamente, nas não teve boa
20 resposta. Franqueou a palavra aos representantes do Executivo para iniciar as explicações.
21 O Sr. José Manuel saudou todos e ressaltou a promoção da divulgação feita pela Câmara
22 em todos os meios de comunicação, pois a participação popular é importante, apesar de
23 já ter feito uma Audiência Pública no Paço Municipal e, novamente, para apresentação
24 das novas metas e objetivos, acrescentando que estão aqui para elucidar as dúvidas que
25 surgirem. Agradeceu a Deus por esta oportunidade de estarem aqui. Pediu desculpas, pois
26 sua equipe teve alguns contratempos hoje. Agradeceu a presença dos Vereadores, de
27 todos os demais presentes e também ao Dr. Eduardo pelo convite. Falou que com relação
28 ao PPA e à Lei Orçamentária, este ano é “*sui generis*”, porque no primeiro ano de
29 mandato, o Executivo tem a obrigação constitucional de promover a elaboração e
30 apresentar o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, que são obrigações anuais. No
31 entanto, neste ano, eles têm também o instrumento chamado Plano Plurianual, que é
32 elaborado no primeiro ano de governo e passa valer para os próximos quatro anos, a partir
33 da data do ano de sua elaboração. Portanto, ele entra em vigor em 2018 (dois mil e
34 dezoito) até 2021 (dois mil e vinte um). A Lei Orçamentária Anual (LOA) é apresentada
35 todo ano. Informou que fará uma conceituação, apenas para nivelar conhecimento. Com
36 relação aos dispositivos legais, fez leitura e comentou o Capítulo II da LOM (Lei
37 Orgânica do Município). Falou que durante o mês de outubro, enquanto elaboravam os
38 instrumentos, fizeram as discussões do PPA, Orçamentos e da LOA, de acordo com a
39 transparência na gestão fiscal. Disse que para cumprir o que a lei determina, apresentou
40 todos os e-mails enviados para todos os órgãos e sociedade civil organizada e todas as
41 entidades de classe, com o convite para Audiência Pública realizada no Paço Municipal.

Página 1 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br
Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

42 Por força da legislação, fôï feita a publicação no jornal local, no dia vinte e sete de
43 setembro, convocando para a reunião. Frisou que seria muito cansativo fazer duas
44 Audiências Públicas, uma para o PPA e outra para LOA. Falou que vão tentar sintetizar
45 numa única Audiência Pública esses dois instrumentos, pelo fato de o PPA ser uma LOA
46 comprimida em quatro anos com suas metas e objetivos. Com relação ao Plano Plurianual;
47 expôs o protocolo de entrega do Plano Plurianual, no dia dez de outubro, frisando que
48 tem cumprido os prazos religiosamente. Comentou o Cenário de Planejamento da Gestão
49 Governamental e explicou que o Plano Plurianual define o que pretende ser feito, através
50 de suas metas e dos seus objetivos. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) estabelece
51 as diretrizes para viabilizar tudo o que vai ser feito. O Orçamento Anual define o que
52 efetivamente será feito. Logo, têm a aprovação e publicação e depois a execução através
53 do Orçamento; publicação do organograma financeiro com as parcelas que serão
54 executadas mês a mês; acompanhamento e avaliação. Depois todos esses dados são
55 analisados e colocados no Plano Estratégico. Enfatizou que isso é um ciclo vicioso, não
56 para nunca. Citou os Instrumentos de Planejamento no Brasil, que são: Leis Orgânicas,
57 Planos Diretores, Programas de Governo, Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes
58 Orçamentárias, Leis do Orçamento Anual e outras Leis Fundamentais, como:
59 Constituição Federal, LRF (101/2000). Lei 4.320/64, Constituição Estadual, etc. Falou
60 que tudo isso precisa ser harmônico e integrado. O Executivo não pode fazer um
61 Orçamento, sem olhar para a Lei de Responsabilidade Fiscal ou para a Constituição para
62 todos esses instrumentos ou ainda para os Programas de Governo. Citou o Programa de
63 Governo que vão ter com relação à ampliação de vagas escolares e ao chegar no
64 Orçamento não citá-lo. Por isso, o PPA existe para juntar e harmonizá-lo. Portanto,
65 quando é citado num plano, precisa ser respeitado no outro. Disse que não pode ter uma
66 data estabelecida na Lei Orgânica e apresentar sua ferramenta de planejamento fora desta
67 data, desrespeitando a Constituição Federal ou qualquer outro instrumento. Isso pode dar
68 um certo trabalho, porém dá segurança, porque se faz um conjunto de normas que são
69 consonantes entre si. Explicou o conceito de planejar, dizendo que planejar é o contrário
70 de improvisar, se planeja para estabelecer prioridades; otimizar recursos; programar-se
71 no tempo e no espaço; definir como se alcançar os objetivos pretendidos; estabelecer
72 atribuições e responsabilidade; imprimir transparência na gestão. Falou sobre o item
73 "Horizontes Temporais do Planejamento": Planejamento a Longo Prazo (Planos
74 Diretores Planos Estratégicos); Planejamento de Médio Prazo (Plano Plurianual);
75 Planejamento de Curto Prazo (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e (Lei Orçamentária
76 Anual). Informou que o PPA é plano de investimento regionalizado que reúne objetivos
77 e metas da Administração Pública. Reforçou dizendo que só pode executar
78 orçamentariamente aquilo que tiver sido, anteriormente, definido no PPA, por exemplo,
79 a construção de um estacionamento público, se não tiver definido, não vai construir nada,
80 a não ser que venha uma Lei para a Câmara e ela modifica o PPA para que seja
81 contemplado e assim ser executado. Citou a exigência Legal prevista: na Constituição
82 Federal – Artigos 165 e 35 do ADCT; na Lei de Responsabilidade Fiscal – Artigos 5º; 16

Página 2 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

83 e 63; na Lei Federal 10.157/2001 – Estatuto da Cidade – Instituído o Plano Diretor dos
84 Municípios – Artigo 40; na Lei Orgânica do Município – Artigo 11, VI. Explicou como
85 deve ser concebido e acrescentou que todos os instrumentos visam, essencialmente, ao
86 bem-estar da população. Apresentou o fluxograma da “Construção da Matriz
87 Programática”, citando as diretrizes estabelecidas pelo PPA, chegando ao nível de
88 Programa, que é fechado no Orçamento, que estabelecem os projetos e as atividades, que
89 geram os produtos, que são mensurados por meta quantitativa, localização quem executa
90 e qual o recurso. Descreveu os valores do “Plano Plurianual– PPA 2018-2021”,
91 comentando o Programa de Governo “MACAÉ NÃO PODE PARAR” – Anos/Valores:
92 2018 = 2.041.040.100,00 / 2019 = 2.212.325.600,00 / 2020 = 2.356.312.300,00 /2021 =
93 2.581.741.900,00. Citou exemplo de hierarquia de programas e ações PPA-2018/2021,
94 especificando os valores da Gestão Administrativa. Apresentou planilha da “Distribuição
95 dos Recursos por Função de Governo”, destacando as maiores. Disse que para dar maior
96 transparência, fizeram uma modificação com relação às Fontes de Recursos,
97 proporcionando um entendimento melhor da arrecadação do Município. Portanto, em
98 cada Receita tem seu detalhamento e a Receita própria da Administração Indireta.
99 Explicou que anteriormente era tudo Fonte 10 (dez), atualmente, foi separado para dar
100 uma visibilidade melhor e para apurar excesso de arrecadação no superavit financeiro.
101 Informou que na parte de convênio, abriram para ficar mais consistente e para maior
102 visibilidade. Disse que com esses instrumentos tentam dar a maior transparência possível
103 a todos os atos, portanto, tudo que é feito é publicado de uma forma clara, e sempre que
104 podem, melhoram os instrumentos de controle e avaliação. Falou que nem sempre é fácil,
105 às vezes encontram dificuldades e resistências, mas sempre procurando melhorar o
106 sistema de planejamento na medida em que a sociedade exige um nível de informação
107 maior. Explicou a questão dos convênios, anteriormente havia dezenove para Regime de
108 Previdência, dez para Arrecadação Direta e cento e nove para arrecadação Direta
109 Judiciária. Fez leitura dos valores, informando de que forma são recebidos esses valores
110 dos convênios separadamente, que é importante saber o que a Prefeitura faz e como ela
111 executa. Comentou os itens e valores de Investimentos Previstos com relação às obras e
112 seus respectivos locais e melhorias habitacionais para dois mil e dezoito. Falou que é só
113 para mostrar como é montado o orçamento. Acrescentou que cada despesa é colocada no
114 sistema, individualmente, com todas essas informações. Órgão, Unidade, Função,
115 Programa, Destino, Projeto-Atividade e todas as outras informações como natureza e
116 despesa, dotação orçamentária, esfera, incorporação patrimonial e que tipo de Fonte de
117 Recurso. Informou que a despesa precisa ser definida, se é na Saúde ou Educação e quais
118 são seus relacionamentos, portanto, tudo tem que ser informado e relacionado despesa
119 por despesa. Informou que foi encerrada apresentação do PPA e, posteriormente, pedirá
120 a participação dos Vereadores para aprimoramento dos instrumentos de planejamento.
121 Deu início à apresentação da LOA-2018, explicando que também é instrumento de
122 planejamento, que faz parte da tríade: PPA/LDO/LOA. Explicou que são instrumentos
123 obrigatórios. Apresentou os protocolos de entrega do PPA, no dia dez, e a LOA, no dia

Página 3 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

124 onze, a esta Casa. Expôs o Comparativo entre os Valores dos Orçamentos dos últimos
125 seis Exercícios. Disse que tem uma previsão de Arrecadação fornecida pela Secretaria de
126 Fazenda em torno de R\$ 2.041.040.100,00 (dois bilhões e quarenta e um milhões,
127 quarenta mil e cem reais). Falou que estão voltando ao patamar de dois mil e dezesseis e
128 torcendo para que a atinjam essas metas. Especificou os valores de dois mil e treze até
129 dois mil e dezessete. Apresentou o Comparativo entre os Valores da Receita,
130 efetivamente, arrecadada nos últimos exercícios dos anos de dois mil e treze e dois mil e
131 dezessete, que ainda não fechou a arrecadação. Provavelmente o percentual deve ficar em
132 torno de um a dois por cento. Falou que houve um aumento no valor do barril de petróleo,
133 portanto, isso reflete de uma certa forma, positivamente, e espera, no final do ano, fazer
134 uma arrecadação que chegue a um bilhão e novecentos. Comentou que o preço do petróleo
135 é infinitamente instável, qualquer coisa que aconteça como: *“uma declaração do Trump*
136 *ou do Putin ou qualquer outra situação, foge ao nosso alcance, isto é, fora da perspectiva*
137 *de administrar esse recurso*. Portanto, o que vem definido pela ANP é o que é utilizado.
138 Explicou a “Análise da Proposta Orçamentária – 2018”, sendo que, em torno de cinco
139 itens, já perfazem quinze por cento da arrecadação, fora o restante que não está sendo
140 considerado como, por exemplo, gasto com pessoal. Dando continuidade a esse assunto,
141 comentou o valor do Orçamento Previsto, dizendo que é menor que o valor demonstrado
142 na LDO. A Secretaria de Fazenda refez seus cálculos de Receita e apresentou um cenário
143 pior do que aquele apresentado em maio. Por isso, tiveram que rever as contas,
144 recalculando toda a distribuição de recursos dentro do valor de R\$ 2.041.040.100,00 (dois
145 bilhões e quarenta e um milhões, quarenta mil e cem reais). Distribuição dos Principais
146 Recursos: Ordinários: R\$ 1.096.752.300,00; Royalties = R\$ 378.343.200,00; FUNDEB:
147 R\$ 122.410.800,00; SUS R\$ 48.077.600,00; Diretamente Arrecadado: R\$ 13.835.300,00.
148 Citou a composição das fontes de recursos. Para dar continuidade, solicitou ao Elbert, que
149 trabalha na equipe do Planejamento, que desse prosseguimento na apresentação. Portanto,
150 Elbert deu prosseguimento, explicando sobre a Previsão de Gasto das Principais
151 Despesas, explicando a Despesa de Pessoal em cima da Proposta Orçamentária. Disse
152 que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que o gasto do Município consolidado, entre
153 os Poderes Executivo e Legislativo, não ultrapasse sessenta por cento da Receita de
154 Corrente Líquida. Portanto, um total de gasto no valor de R\$ 978.555.900,00 (novecentos
155 e setenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e novecentos reais), em
156 relação a uma Receita de Corrente Líquida Projetada na ordem de R\$ 1.812.450.300,00
157 (um bilhão, oitocentos e doze milhões, quatrocentos e cinquenta mil e trezentos reais), o
158 que representa 53,99% (cinquenta e três inteiros, noventa e nove centésimos por cento).
159 A despesa com a Saúde precisa ter uma obrigatoriedade, pela Emenda Constitucional, de
160 aplicar quinze por cento das Receitas próprias do Município com ações de saúde. Pelo
161 gasto proposto no Projeto de Lei, tem uma despesa com recursos próprios em torno de
162 R\$ 397.342.000,00 (trezentos e noventa e sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil
163 reais), representando trinta e quatro por cento das receitas próprias do Município em
164 despesas na área da Saúde. Na Educação, existe também uma obrigatoriedade de aplicar

Página 4 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

165 em torno de vinte e cinco por cento, e a previsão de gasto para a Educação é
166 aproximadamente de R\$ 344.524.800,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões,
167 quinhentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais), representando vinte e nove por cento
168 da despesa com manutenção de ensino. Apresentou demonstrativo de despesas, separadas
169 por categorias econômicas e grupos. Nas Despesas por Órgãos e Unidades Orçamentárias,
170 citou o Poder Legislativo (Plenário, Secretaria e Fundo Especial da Câmara Municipal de
171 Macaé), totalizando o valor de R\$ 70.136.000,00 (setenta milhões, cento e trinta e seis
172 mil reais). No Poder Executivo, descreveu o valor de cada uma de suas Unidades
173 Orçamentárias, no valor total de R\$ 1.142.798.300,00 (Um bilhão, cento e quarenta e dois
174 milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos reais). Citou os itens referentes aos
175 Fundos, Fundações e Autarquias, no valor total de R\$ 601.763.600,00 (seiscentos e um
176 milhões, setecentos e sessenta e três mil e seiscentos reais). Finalmente, informou a
177 consolidação dos valores anteriores, repetindo o Total Geral das Despesas = R\$
178 2.041.040.100,00 (dois milhões e quarenta e mil e cem reais). Agradeceu e colocou-se à
179 disposição para os esclarecimentos necessários. José Manuel agradeceu a presença de
180 todos e explicou que embora entenda que muitas vezes esses números são maçantes, mas
181 são informações importantes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas que
182 possam surgir. O Sr. Presidente franqueou as perguntas aos Vereadores: Paulo Antunes
183 solicitou informações quanto às dotações, verbas e subvenções das Instituições de
184 Caridade, pois não as identificou na apresentação, e perguntou se elas constam no
185 Orçamento. José Manuel confirmou que elas constam e estão contempladas não mais
186 como subvenção, mas ao nível de contribuição. Paulo Antunes perguntou onde que estão,
187 pois antigamente ficavam na subvenção. Então, pediu para explicar onde constam. José
188 Manuel falou que depois pode informar a página em que se encontra a resposta, pois nesse
189 momento não tem o detalhamento. Paulo Antunes concordou. Dr. Luiz Fernando saudou
190 todos e iniciou dizendo que quando foi apresentada a planilha, havia o valor específico
191 de cada item e percentual, sendo quinze por cento para a Saúde e vinte e cinco por cento
192 para a Educação, sendo determinado pela Constituição Federal, porém tanto um item
193 quanto o outro, acaba gastando mais, porque o Município recebe pessoal do entorno,
194 como por exemplo o HPM, quanto mais dinheiro é direcionado para ele, mais se gasta.
195 Se os valores estão no limite do percentual, *e quando ultrapassa?* José Manuel explicou
196 que a Constituição estabelece o mínimo de quinze por cento para a Saúde e para a
197 Educação o mínimo é vinte e cinco por cento. Como o próprio Vereador acabou de dizer,
198 o Município de Macaé é atípico, pois recebem pacientes e alunos de toda a Região, o
199 Vereador Dr. Márcio Bittencourt é testemunha dessa demanda, considerando Regiões
200 distantes também, como Friburgo e Niterói. Portanto, o previsto é quinze por cento, mas
201 estão gastando mais de trinta por cento na Saúde e na Educação, a mesma coisa, porque
202 existem pessoas que vêm trabalhar no Município e trazem seus filhos para estudarem
203 aqui, considerando ainda que a demanda aumentou muito devido à crise. Contudo, não
204 podem deixar de atender, principalmente, em função da universalização da Saúde e
205 também da Educação. Maxwell Vaz teceu comentários em função da presença de poucas

Página 5 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

206 pessoas presentes, considerando que a maioria, provavelmente, seria assessores,
207 acompanhando seus Vereadores. Fez a seguinte pergunta: *Por que isso está acontecendo?*
208 Disse que encontrou algumas explicações: existia uma Lei de Orçamento Participativo,
209 em que a comunidade interagira e discutia proposta da sociedade. *O governo atual*
210 *implodiu o Orçamento Participativo, pois ele trouxe para dentro da Prefeitura e destruiu*
211 *lá dentro mesmo (sic). Até a equipe técnica, que trabalhava com o Orçamento*
212 *Participativo, foi desmontada; a outra questão é da própria Emenda Impositiva, que é*
213 *uma participação que Vereadores têm, isto é, uma representatividade de um eleitorado,*
214 *pois quando ele apresenta uma Emenda Impositiva, ele está trazendo para esta Câmara*
215 *a vontade das pessoas, não a vontade dele. Isso também foi implodido dentro da Câmara*
216 *pelo governo, sobre alegações de que hoje não se caracterizaram (sic). É assim que*
217 *acontece, a Secretaria planeja e ordenador de despesa improvisa. É prêmio, é abono para*
218 *servidor do estado, é campanha publicitária sem objetos, é processo seletivo temporário,*
219 *portanto, não tem orçamento que aguenta o improviso. Quanto ao PPA, falou que tem*
220 *algumas questões que o preocupa, como por exemplo, na mensagem do Prefeito que diz*
221 *que espera que a Câmara receba bem o PPA, porque a “Princesinha do Atlântico” tem*
222 *que ter uma visão de futuro, tem que perceber uma gestão compartilhada com a inclusão*
223 *social. Reforçou que têm cinco anos de governo e não está vendo inclusão social. Falou*
224 *que, em junho, aprovaram a celebração de vários convênios com instituições com relação*
225 *à adesão social e até hoje não funcionou, isto é, num todo não foi incluída nenhuma*
226 *Política de Inclusão Social, nem aquelas Bolsas de Auxílio para quem está na Faculdade.*
227 *Uma de suas preocupações está relacionada a três Artigos, dos nove do PPA, e fez a*
228 *leitura dos Artigos: 6º, 7º e 8º. Após, disse que aprovam um Plano e no dia seguinte já*
229 *está descaracterizado. Então, já autoriza de imediato que o Prefeito faça toda e qualquer*
230 *alteração que for conveniente. Portanto, não tem planejamento que consiga efeitos*
231 *significativos, o Legislativo tratando a situação dessa forma. Se é uma Lei, precisa parar*
232 *de fazer Decretos alterando Lei, manda a Lei para esta Casa que o Vereador vai analisar.*
233 *Se for de acordo, altera, mas deve pelo menos ser discutida. Falou que o governo Aluizio*
234 *destruiu o PPA com relação à macrodrenagem, apenas desconsiderou, não fez mais*
235 *nenhuma obra de macrodrenagem. Quanto à LOA, fez uma comparação que o deixou*
236 *surpreso. Pegou os Orçamentos de Friburgo e Cabo Frio, que são cidades que têm o*
237 *mesmo número de habitantes de Macaé, portanto, é parâmetro. Verificou a Receita de*
238 *Friburgo: quatrocentos e trinta milhões, é menor que o Orçamento de Educação de Macaé.*
239 *Comparou o de Cabo Frio, cuja arrecadação foi em torno de setecentos e oitenta milhões,*
240 *é menor que a despesa com Educação e Saúde. Disse que tem um “um gargalo misterioso”*
241 *nas despesas de Macaé que precisa ser tratado com transparência, colocando o QDD*
242 *(Quadro de Detalhamento de Despesa) na LOA, que mais vez não tem. No governo*
243 *anterior, a Câmara insistiu, então o governo Riverton colocou. Depois, este governo*
244 *assumiu e ele passa decretar o QDD em janeiro, por isso, fica sem saber o Detalhamento*
245 *das Despesas. Fez uma comparação ao Orçamento de Niterói, dizendo que tem uma*
246 *arrecadação próxima de Macaé, porém existem mais de quinhentos mil habitantes, o que*

Página 6 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

247 significa o triplo de habitantes de Macaé. Este Município tem quase vinte mil servidores
248 ativos e inativos. Friburgo tem sete mil ativos. Ficou de buscar outras comparações. Disse
249 que têm dois pacientes de Macaé internados em Volta Redonda. Vários pacientes de
250 Macaé que fazem radioterapia em Campos, e vários outros que fazem tratamentos em
251 outros municípios. Falou que está tentando outros tipos de exames em Arraial do Cabo,
252 porque aqui somente daqui a dois anos. Frisou que não gostaria de fazer tantas críticas,
253 mas é o que tem para apresentar. Além de tudo isso, ainda têm muitas dúvidas. Comentou
254 que não tem uma previsão do que está no contencioso, pois na Procuradoria existe uma
255 tonelada de ações contra a Prefeitura, por falta de pagamento. Disse que fica preocupado,
256 pois no Artigo 21 já autoriza o Poder Executivo de estabelecer através de Decreto o
257 sistema de controle de custos, portanto, essas autorizações prévias tato no PPA, quanto
258 na LOA, não acha saudável. Somente este ano foram arrecadados trezentos e vinte e sete
259 milhões de royalties, igual ao de dois mil e quinze, que foi o ápice. Também acompanhou
260 este ano, várias vezes, excesso de arrecadações e os problemas são os mesmos. Por isso,
261 precisa fazer um debate com o objetivo de desvendar os “segredos de Macaé”. José
262 Manuel disse que para elucidar as alterações do PPA, como já informou, esses
263 instrumentos são dinâmicos, então, alterações devem ser feitas. Lembrou ao Vereador
264 Maxwell Vaz que no ano de dois mil e dezesseis apresentaram nesta Casa uma proposta
265 de revisão do PPA e pretendem fazer isso sistematicamente. Reforçou que não querem
266 modificar o PPA, sem que a Câmara tenha conhecimento e dê sua autorização, pois é
267 importante a harmonia entre os Poderes. Com relação ao QDD, todo ano ele é
268 apresentado, porém com outro nome, que é chamado “Relatório Preliminar de Despesa”,
269 ele é exatamente igual ao QDD. Esclareceu que o nome “Quadro de Detalhamento de
270 Despesa” só é permitido após a publicação do Decreto. Frisou que o relatório anexo à
271 LOA é igual ao apresentando anteriormente com o nome de “QDD”. No que diz respeito
272 ao excesso de arrecadação, a Secretaria de Fazenda, no ano passado, entendeu que poderia
273 haver um “desarranjo” na arrecadação dos Royalties e ela fez uma previsão bastante
274 conservadora, porque é mais fácil trabalhar, fazendo os empenhos sistematicamente com
275 o excesso que vem, do que detonar o Orçamento e depois ter que fazer o cancelamento
276 dessa despesa, já que a Receita não se confirmou. Por isso, reforçou, dizendo ao Vereador
277 Maxwell o quanto eles têm trabalhado de forma transparente, publicando
278 sistematicamente os excessos de arrecadação para que seja claro, não só para o
279 Legislativo, mas para toda a população. Disse que buscam sempre, de forma sistemática,
280 a melhoria do sistema de planejamento, porém não vão entrar nos méritos das decisões
281 de governo, porque não os compete, mas com relação à LDO, PPA e LOA, podem estar
282 certos de que eles estão sempre buscando o melhor para informar a população. Marcel
283 Silvano saudou todos e comentou que compartilha das angústias e questionamentos que
284 o Vereador Maxwell Vaz pontuou, inclusive, alguns já haviam se organizado para
285 levantar, sobre a importância de entender a proposta orçamentária que são elaboradas com
286 a disposição de serem debatidas, mas não conseguem perceber de maneira concreta todo
287 esse trabalho de organizar e planejar se tornar efetivamente em ação e em investimento

Página 7 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

288 público, que no final garantam direitos e acesso às Políticas Públicas da Saúde. Citou o
289 fato de a Secretaria de Habitação ter algo previsto em torno de doze milhões, sendo que
290 com esse valor não consegue um amplo projeto de habitação, com verbas municipais. Um
291 fato que tem incomodado a sua pessoa é quanto ao PPA, dizendo que ele tem uma relação
292 de outras legislações que preveem a execução e dão linhas gerais para planejar o
293 Município e uma delas é o Plano Diretor, que já estão atrasados na sua votação e da
294 aprovação desse Plano. No seu entendimento, por uma interpretação equivocada, mas
295 acha que a Casa precisa resolver para poder aprová-lo com objetivo de ficarem de acordo
296 com o Estatuto da Cidade e com a Constituição, principalmente, a não adequação do
297 Plano Diretor coloca os Poderes Executivo e Legislativo como parceiros numa
298 ilegalidade, inclusive, com possibilidade de ação civil por improbidade, porém
299 considerando que Plano Diretor é importante, porque ele fala de todas as Políticas. *Essas*
300 *é sua preocupação de votarem o PPA e ainda assim, não conseguirem votar, nem ler o*
301 *Plano Diretor, haja vista, numa primeira frase lida, criou-se uma grande divergência,*
302 *mas que precisa ser superada, para não correr o risco de votarem o PPA de acordo com*
303 *o Plano Diretor de dois mil e seis, e em desacordo com o de dois mil e dezesseis, o que*
304 *pode causar um impasse perigoso (sic). As Emendas Impositivas e o Orçamento*
305 *Participativo são questões que precisam saber como lidar com isso, pois precisa saber,*
306 *vão continuar fazendo Emenda Impositiva? É uma pauta para o Executivo realizar ou*
307 *não? É importante isso estar bem pactuado entre os Poderes, pois é um primeiro ponto de*
308 *desarmonia e desarticulação, se estão constando dois por cento no Orçamento para*
309 *Emenda Impositiva do que vai ser investido, como fariam? Será que vão voltar, em*
310 *novembro do ano que vem, para votar num remanejamento de Emenda Positiva de todos*
311 *os Vereadores para o Hospital São João Batista? Existe outra questão quanto ao*
312 *Orçamento Participativo, pois ficam sem saber o que dizer para os delegados que foram*
313 *eleitos que dialogaram e sugeriram e que apontaram prioridades e para seus bairros e*
314 *regiões, que estão previstos no Orçamento, para determinadas Políticas Públicas, mas que*
315 *ficam num "faz de contas", porque quem executa e norteia os investimentos públicos, que*
316 *não são os técnicos da Secretaria de Planejamento, não executam e não tem esse cuidado,*
317 *e exatamente um eixo do que transforma o Orçamento em algo mais democrático e mais*
318 *acessível à população. Comentou que o governador do Estado, no final de setembro,*
319 *anunciou que vai criar um Fundo de Royalties para a Segurança Pública, uma vez que já*
320 *existe um Fundo de Royalties para questão Ambiental, ele vai dividir cinco por cento para*
321 *cada um. Foi discutida, na ocasião da LDO, a possibilidade de um Fundo também de*
322 *Royalties, já que a dinâmica do petróleo é algo que precisa se precaver, investindo em*
323 *alternativas econômicas para quando faltar, ter garantias de bem-estar e qualidade de vida*
324 *para a população, porém ao invés de discutirem esse Fundo, o governo está propondo*
325 *abono salarial de dois mil reais para policiais militares que são funcionários do estado,*
326 *como lida com isso no Orçamento, já não está previsto? Então, como lidar com isso, se*
327 *quando quer discutir um Fundo investimentos futuros de criação e fomento de*
328 *alternativas, se ao mesmo tempo que o Fundo do governo do estado de Royalties para*

Página 8 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

329 investir em Segurança está proposto, e em Macaé não se consegue discutir um Fundo e a
330 Segurança Pública, pois isso não custa barato o tratamento, e esses movimentos, tentando
331 o tempo todo apagar incêndio, destoa do cuidado que os técnicos da Secretaria de
332 Planejamento têm para elaborar os Orçamentos do Município, e o que ele deve ter de
333 prioridade. Apenas exemplificou, dizendo que o Fundo de Royalties da Noruega já tem
334 mais de um trilhão, é ele quem está investindo em pesquisas do NUPEM, na UFRJ,
335 sabendo-se que todos demais investimentos de pesquisa acabaram, como FUNEMAC e
336 FAPERJ não fazem mais. *Como supera essa resistência a um Fundo Permanente*
337 *estratégico para o futuro, como outros espaços fazem, para construir um consenso em*
338 *torno disso? Onde justifica o valor de dois mil reais de abono para os policiais? Ou como*
339 *inclui isso no Orçamento Municipal?* José Manuel informou que em onze de outubro,
340 quando foi feita a apresentação, não tinha ainda conhecimento desse abono, portanto, ele
341 não está previsto no Orçamento nem no PPA. Provavelmente, algum instrumento vai
342 chegar à Câmara e se for aprovado um Projeto de Lei, só assim será permitida a inclusão
343 no PPA e na Lei do Orçamento, após aprovação da Câmara. Comentou que a Noruega
344 não tem Royalties, esses valores são todos destinados a esse Fundo. Nem estado nem
345 município nem a União recebe nada. A distribuição desses recursos é feita,
346 completamente, diferente da que é feita no Brasil. Com relação ao Fundo Ambiental,
347 considera perfeitamente viável, a criação desse Fundo com destinação de parte desses
348 recursos de Royalties para alavancar a proteção ambiental deste Município que é vasta,
349 como por exemplo: Parque de Jurubatiba, Parque Atalaia, Sana e várias RPPS que
350 precisam de proteção, por isso, acha extremamente válido e é favorável a essa demanda.
351 Com relação ao Orçamento Participativo, disse que acha que tem que fazer união de
352 forças, isto é, o Executivo tem buscar apoio no Legislativo para juntar e trazer a população
353 para discutir, pois precisam de novos instrumentos. Quanto ao Plano Diretor, disse que
354 se faz o máximo possível para harmonizar o instrumento, porém ele é muito antigo e já
355 passou do tempo de fazer a revisão. Disse que ficam preocupados em trabalhar,
356 efetivamente, numa demanda que já têm três ou mais, como a dinâmica do Município é
357 grande, por isso, contempla mais de forma superficial, para não dizer que não atendeu,
358 porque de repente podem ficar gastando recurso orçamentário em algo que não vai existir.
359 Acerca da Habitação, estão sendo previstos novos convênios para tratar desse assunto.
360 Disse que hoje não podem colocar um recurso de convênio, porque vai inflar o Orçamento
361 e esse recurso se não confirmar, pode acabar tendo um Orçamento imaginário. Disse que
362 estão primeiro aguardando assinar um para depois colocar no Orçamento através de
363 Projeto de Lei. Acha que mais inteligente e efetivo. Tania Jardim saudou todos e
364 expressou seu testemunho com relação ao José Manuel, de quanto ele lutou e se instruiu
365 com cada Secretaria, Secretário e equipe para que pudessem ter, hoje, nesta discussão um
366 Orçamento com anuência e aprovação daqueles que estavam atuando. Como sua pessoa
367 não participou da questão da Habitação, mas da Cultura, por isso ficou uma dúvida.
368 *Então, o que consta sobre Habitação no Orçamento, não traduz o que viria de convênio,*
369 *porém a contrapartida que virá do Município e vai se repetir para ao próximo ano?* Fez

Página 9 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

370 leitura de alguns exemplos. Falou que em sua curta experiência, já está trabalhando para
371 fazer andar algumas metas de convênios que estão paralisadas e nelas consta melhoria
372 habitacional de cinco milhões, *então tem que ter uma contrapartida de três milhões do*
373 *Município, dessa forma, isso já está contemplado no Orçamento?* José Manuel respondeu
374 que na sua totalidade não, pois estão trabalhando com recurso ingressado, aquele que vai
375 injetar no Município dez milhões, não considera efetivo. Prefere trazer o convênio
376 assinado e firmado, e ingressando com esses recursos, através de Projeto de Lei. Falou
377 que a sistemática da Caixa Econômica, hoje, é completamente diferente de alguns anos
378 atrás. Hoje não tem recurso, ela manda o recurso que foi executado, portanto, ele vai estar
379 sempre a posteriori. Disse que existem uma série de críticas e imposições novas que
380 precisam estar atentos, senão vão errar de novo. Então, preferem ser comedidos, com
381 relação a esses valores, e esperar que, efetivamente, eles ingressem para depois lançá-los,
382 principalmente, a partir da formalização e da assinatura dos convênios. Nada impede de
383 que façam convênios em março, abril, maio, junho e julho, vão entrar através de Projeto
384 de Lei com aprovação da Câmara, para o Orçamento de dois mil e dezoito. O Sr.
385 Presidente falou sobre um assunto que está preocupando muito a presidência da Casa, que
386 durante o ano em curso, o Orçamento da Casa foi em torno de setenta e dois milhões e a
387 previsão para o Orçamento do ano que vem, é menos três milhões, acontece que na
388 previsão orçamentária, até setembro é calculado pelo o que foi arrecadado, outubro,
389 novembro e dezembro é uma projeção de arrecadação e não sabe o motivo, que a previsão
390 de outubro, novembro e dezembro foi muita conservadora ou, então, parece que foi um
391 tanto subestimada de certa forma proposital, porque somente para a Câmara a arrecadação
392 foi tão maior que o previsto, que perderam em torno de seis milhões, que equivale a seis
393 por cento. Por isso, acha que ela foi subestimada, não considera um erro, que para a
394 Câmara o Orçamento veio menos seis milhões. Disse que está muito preocupado com
395 essa próxima previsão. Falou que não quis reclamar, embora chegou a pensar em ingressar
396 na Justiça, porém reclamar para depois devolver, não achou viável. Falou que se esses
397 seis milhões estivessem aqui, com certeza não seriam mal gastos, no entanto, como ficou
398 lá, não sabe em que benefício foi colocado esse valor. *Será que a projeção desse ano, o*
399 *erro vai ser tão grosseiro?* Jose Manuel explicou que não é um erro. Isso é uma previsão
400 constitucional, pois tem que repassar seis por cento da Receita para o Legislativo. O
401 cálculo que apresentou hoje é de setenta milhões. Se a previsão de outubro, novembro e
402 dezembro não se confirmar, ainda cabe à Câmara Municipal informar ao Executivo que
403 essa Receita foi um pouco maior e com certeza o valor será corrigido. Deu Graças a Deus
404 porque a Câmara devolve o valor sistematicamente, o que dá um alívio enorme na Folha
405 de Pagamento, que é a sua maior despesa. Confirmou que não houve má fé no cálculo do
406 recurso, essa informação é bastante trabalhada na Secretaria de Fazenda e que é passada
407 para eles, e em cima desses valores que são feitos os cálculos de repasse dos seis por
408 cento, que é o limite máximo, pois tem Município que repassa cinco ponto três, cinco
409 ponto quatro por cento, contudo, eles repassam o limite máximo que é de seis por cento,
410 para que a Câmara possa fazer a implementação de suas despesas. O Sr. Presidente

Página 10 de 12

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmace.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO**

411 ressaltou que isso não é o Orçamento da Prefeitura, o que ela faz é entregar para o Câmara
412 o que já é dela, assim como, o MACAEPREV, portanto, são Orçamentos que não têm
413 nada a ver com a Prefeitura, também não tem nada a ver ela ficar com um Orçamento que
414 não é dela. Para faltar seis milhões, nos seis por cento da Câmara, embora não esteja
415 fazendo “cálculo de cabeça”, mas significa uma arrecadação muito maior do que o
416 planejado. Pediu ao José Manuel que dê uma reavaliada nisso antes de votar, e até expôs
417 alguns motivos, que não vão debater. Comentou que a Câmara ainda vai devolver este
418 ano quase dois milhões, fora o gasto que já tem que são alguns servidores que trabalham
419 na Câmara, sendo ela quem paga a folha deles. Solicitou novamente que avalie com
420 carinho, porque o erro foi muito grande desta vez. José Manuel afirmou dizendo que com
421 certeza vão, em conjunto, fazer essa reanálise e se tiver algum tipo de incompatibilidade,
422 ela será corrigida. O Sr. Presidente perguntou se alguém do Plenário gostaria de
423 perguntar, sabendo que ninguém fez nenhuma inscrição. Maxwell Vaz falou que das
424 comparações feitas, ficou faltando falar sobre Maceió, capital do Estado de Alagoas, que
425 tem quase um milhão de habitantes, arrecada quase igual a Macaé, e ainda destina
426 trezentos e oitenta milhões para a Educação e a Saúde setecentos milhões. Então fica a
427 pergunta, *onde está a mágica? O dinheiro de Macaé some*. Quanto a questão apresentada,
428 na réplica do Secretário com relação ao PPA, ele falou que o PPA seria modificado de
429 qualquer forma, mas nos Artigos que leu, aprovando o PPA do jeito que está, vão
430 autorizar, sem passar pela Câmara, qualquer alteração do PPA. Concordou com o
431 Presidente, quanto ao valor que deve ser devolvido, pois fez apropriação indébita do
432 recurso do Legislativo que deveria ser devolvido final do ano. Errar talvez na estimativa
433 da arrecadação concorda, mas ter o excesso de arrecadação, e não fazer as contas do
434 arrecadado e não enviar a parte para a Câmara, mesmo que esta Casa devolva depois, mas
435 isso é um “jogo contábil” inconstitucional, portanto, eis o erro, deveria ter sido feito o
436 repasse. A questão que quer colocar é apenas filosófica do debate feito entre sua pessoa,
437 Vereadores Maxwell Vaz e Marcel Silvano que acha que na questão do Fundo, reforçando
438 que é contra o Fundo dos Royalties e acha que a Noruega talvez não tenha os problemas
439 sociais premente que existem aqui. Fazer Fundo é muito bom para quem não está
440 precisando de nada. Para quem está precisando de gaze, esparadrapo e injeção nos
441 hospitais, *vai fazer fundo de quê? Tem que ser gasto agora com merenda na escola, boa*
442 *saúde, bom transporte e boa qualidade de vida*. Portanto, foi somente para expor sua
443 posição contrária ao planejado pelo José Manuel, do que outro qualquer que não entenda
444 nada de Macaé tenha planejado. Registrou a presença de dez Vereadores e o público que
445 aumentou um pouco. José Eduardo agradeceu e esclareceu aos servidores que nessa LOA
446 e PPA, a Secretaria de Planejamento criou novas fontes de recursos, no caso do
447 MACAEPREV foi criado a fonte de recurso trinta e dois. *Durante os dezessete anos de*
448 *existência do MACAEPREV a fonte de recurso era dezenove, e tudo que se gastava e*
449 *arrecadava, confundia-se com despesa previdenciária, porém com essa nova fonte,*
450 *apenas separa o que é previdenciário daquilo que é administrativo, sendo que a fonte*
451 *trinta e dois para todos os servidores ela vai de encontro à taxa de administração, que*

Página 11 de 12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

452 *há dois meses foi aprovada nesta Casa uma contenção de despesa deles, reduzindo de*
453 *dois para um por cento. Frisou que o MACAEPREV é muito grato aos Poderes Executivo*
454 *e Legislativo, pois hoje é considerado um dos maiores Institutos do Brasil (sic). O Sr.*
455 *Presidente, em nome de Deus, encerrou a Audiência Pública, determinando a lavratura da*
456 *presente Ata, como segue regimentalmente assinada, estando a gravação integral da*
457 *Sessão à disposição em meio digital.*

17/05/11